


**NESTA
EDIÇÃO:**
Reforma da Política de Coesão 1

Concurso: 50º aniversário da assinatura do Tratado de Roma 3

Limites para custo do Roaming 3

Eurobarómetro Primavera 2006 4

OPEN DAYS - Semana Europeia das Regiões e Municípios 2006 4

Oportunidades de Financiamento 5

Oportunidades de Parcerias 5

Uma política de Coesão reformada para uma Europa em transformação
10 perguntas e respostas
1- Porque precisa a Europa de uma nova Política de Coesão?

A coesão significa solidariedade entre os Estados-Membros para que as regiões se tornem lugares mais atractivos, inovadores e competitivos para se viver e trabalhar. Isso é benéfico para todas as regiões: as menos desenvolvidas acolhem investimentos que, de outra forma, não estariam disponíveis e, simultaneamente, são também criadas oportunidades de negócio para os indivíduos e as empresas nas regiões mais desenvolvidas. A Comissão, em conjunto com os seus parceiros nos Estados-Membros e nas regiões, envida todos os esforços para garantir que cada cêntimo investido no quadro da Política de Coesão seja gasto de forma eficaz.

Desde 1998, a União investiu aproximadamente 480 000 milhões de euros nas regiões “menos favorecidas”, tendo cerca de 70% desta verba sido destinada às regiões com níveis de rendimento abaixo de 75% da média da UE. Entre 2007 e 2013 o investimento será o mais elevado de sempre: 380 milhões de euros. Avançámos muito: as desigualdades entre as regiões e os países susceptíveis de abrandar o ritmo do mercado único e de perturbar a moeda única foram significativamente reduzidas. Mas há ainda muito por fazer, especialmente depois de termos acolhido novos parceiros em 2004. As regiões mais pobres, principalmente nos novos Estados-Membros, têm um longo caminho a percorrer em muitos domínios. A nossa população reformada está a

tornar-se mais numerosa, mais activa e com maior esperança média de vida, enquanto o número de trabalhadores que a sustentam está a diminuir. Precisamos mais do que nunca, de uma verdadeira Política de Coesão e precisamos também mais do que nunca de melhorar a sua execução. Essa política é delineada nos novos regulamentos que abrangem o período 2007-2013, ao passo que os princípios e as prioridades relativos à sua execução foram destacados nas orientações estratégicas comunitárias.

2- O que são as orientações estratégicas?

As orientações estratégicas correspondem a um documento elaborado pela Comissão para ajudar as autoridades nacionais e regionais a modernizar as suas economias e a sintonizar o seu planeamento com a actuação global da UE no sentido de criação de mais crescimento e emprego de qualidade. As orientações são complementares relativamente aos regulamentos. Os regulamentos são o quadro jurídico que permite assegurar que todos trabalham em conformidade com os Tratados a partir da mesma base. As orientações estratégicas estabelecem as prioridades políticas para os investimentos a efectuar. São documentos diferentes, mas inseparáveis. As novas orientações estratégicas são importantes porque se centram ainda mais no crescimento e no emprego. Mostram que a ênfase, a nível de desenvolvimento futuro, deve ser dada ao conhecimento e à sociedade da informação, ao espírito empresarial, ao ambiente e ao emprego.

3- O que torna a Política de Coesão especial?

As modalidades e o método único da Política de Coesão da UE contribuíram para que os seus resultados fossem melhores e mais eficazes do que os de qualquer outra política deste tipo em qualquer parte do mundo. Ajudou as regiões mais pobres da Europa a vencer significativamente o seu atraso e incentivou a criação de emprego em grande escala em domínios com elevado desemprego. Tal deve-se ao facto de possuir recursos que são excepcionalmente estáveis (mais de 7 anos) e que promovem o planeamento e o desenvolvimento a longo prazo.

4- Quem é beneficiado?

A União centrou claramente a sua Política de Coesão nas regiões e nos países mais pobres. Mais de 80% das verbas irão para o que se chamam as regiões de “Convergência”, que são essencialmente as que têm menos de 75% do rendimento médio da Europa (expresso em Produto Interno Bruto *per capita*). Cerca de metade da população europeia é abrangida, bem como a maioria dos Estados-Membros. No resto da Europa, isto é, em qualquer outra região que não seja considerada da “Convergência”, 15,7% do dinheiro é reservado para a “Competitividade Regional”. Esta verba será utilizada para os projectos no domínio do “Crescimento e Emprego”, que visam enfrentar processos de modernização em todas as outras regiões. O restante é para a “Cooperação Territorial” entre as regiões de fronteira na Europa e para as actividades em

rede. Por conseguinte, os recursos estão disponíveis para uma ampla gama de beneficiários em toda a Europa. Graças ao mercado interno da UE, os indivíduos e as empresas de todas as regiões podem ter acesso e concorrer a oportunidades de negócios criadas através da Política de Coesão. Os milhares de milhões de euros investidos fornecem, consequentemente, um estímulo único para a economia europeia e os seus efeitos não se limitam às regiões-alvo. É igualmente importante que as escolhas sejam feitas localmente, em função do grau de adequação dos projectos propostos aos critérios globais e aos programas seleccionados para essa região.

5– Há dinheiro suficiente para estabelecer realmente a diferença?

Todos os anos, milhares de projectos, em todos os Estados-Membros, recebem financiamento através da Política de Coesão europeia, contribuindo para que as regiões mais pobres recuperem o seu atraso, para uma competitividade regional acrescida e para a criação de emprego. A selecção desses projectos baseia-se na análise das necessidades e perspectivas de desenvolvimento das economias regionais e é levada a cabo pelas autoridades regionais e nacionais no âmbito de uma abordagem estratégica para toda a UE. O resultado das intervenções dos dois fundos é medido tanto pelos Estados-Membros como pela Comissão Europeia. As avaliações demonstram que, entre 1998 e 2001, a disparidade entre as regiões mais pobres e a média comunitária foi reduzida em um sexto. Por exemplo, o aumento do nível do PIB, devido à Política de Coesão, foi de 10% na Grécia e de 8,5% em Portugal entre 1998 e 1999, e o aumento projectado para ambos os países no actual período 2000-2006 é de cerca de 6%. No que se refere ao período 2007-2013, estudos recentes sugerem que o crescimento adicional do PIB nos novos Estados-Membros será na ordem dos 7-12% e que poderão ser criados



(Cont.)

2,5 milhões de novos empregos.

6– Como são controlados os gastos? Até que ponto é grande o risco de má gestão?

De facto, os Estados-membros são responsáveis pela maior parte da gestão e do controlo e a Comissão procura os melhores sistemas e o pessoal mais competente para desempenhar essa função. Registaram-se alguns problemas isolados, mas são poucos, dadas as verbas envolvidas. Caso se verifiquem erros, estes são frequentemente assinalados pelo próprio Estado-Membro e tanto a Comissão como os Estados-Membros tomam medidas para corrigir a situação ou recuperarem o dinheiro. Uma razão para este bom comportamento reside no facto de os serviços da Comissão, juntamente com as autoridades nacionais, verificarem a elegibilidade e gestão de despesas a nível regional. Outra é o facto de, cada vez mais, as autoridades de gestão locais e os comités de acompanhamento integrarem um grande número de membros do sector empresarial e das ONG, e isso parece manter toda a gente alerta.

7– De que modo se relacionam estas actividades com a vida quotidiana?

Os projectos da Política de Coesão relacionam-se com o cidadão de duas formas muito importantes: em primeiro lugar, através da participação de todos os cidadãos activos—a chamada sociedade civil—na fase de preparação, planeamento e execução de um projecto, e, em segundo lugar, através dos benefícios reais que um projecto planificado e executado eficazmente traz à comunidade local. Sob várias formas, os resultados da Política de Coesão surgem logo ao “virar da esquina” para a maioria dos cidadãos europeus.

A Comissão considerou que esta política só pode funcionar correctamente se tomar em consideração a experiência

local, se os problemas forem identificados a nível regional e se as soluções forem concebidas e implementadas pelas comunidades que delas retirarão o benefício final. Como é natural, estas coisas funcionam de forma diferente em países diferentes, mas recomenda-se que, tal como governo central, as autoridades regionais sejam estreitamente envolvidas na selecção e gestão dos projectos, que os parceiros sociais, as empresas locais, os sindicatos e os empregadores, sejam implicados e que a acção de todos seja complementada por um convite às ONG especialmente interessadas, como as de carácter ecologista e as activistas de igualdade de direitos, para serem parte activa no processo. Fazer com que grupos tão diversos trabalhem juntos com sucesso não é fácil e alguns deles, especialmente nos novos Estados-Membros, manifestam algum nervosismo em relação a participar neste processo. Mas os seus benefícios vão mais longo do que uma melhoria da democracia local e do envolvimento da sociedade civil. Traduzem-se num nível mais elevado das propostas e projectos localmente relevantes e numa melhoria considerável da comunicação local e da publicidade sobre os projectos que são financiados.

8– Que mais pode a Comissão fazer para ajudar as regiões a alcançar as suas prioridades?

A Comissão está a analisar formas de encorajar novas ideias e de estimular acções inovadoras e mais cooperação para ajudar as regiões a abordar os seus problemas. Uma das formas de avançar seria aproveitar os mecanismos existentes para intercâmbio de actividades e experiências, juntando grupos provenientes de regiões com aspirações similares numa fase inicial do desenvolvimento dos seus programas, com o intuito de colocar a tónica em questões específicas e de obter progressos congregando todas as ideias

(Cont.)

relevantes. A Comissão poderia desempenhar um papel activo nestes agrupamentos, talvez convidando-os a reunir-se em Bruxelas e facultando-lhes um aconselhamento específico. A experiência adquirida poderia subsequentemente ser partilhada e constituir uma contribuição para o desenvolvimento dos Programas Nacionais de Reforma, através dos quais os Estados-Membros estão a dar um novo ímpeto ao Processo de Lisboa. Os agrupamentos das regiões poderiam centrar-se em questões como a eficiência energética ou a transferência dos benefícios da investigação para as PME. Porém, não haveria restrições quanto aos objectivos que estes agrupamentos regionais poderiam seleccionar.

9- De que forma é a Política de Coesão afectada pela globalização e pela deslocalização?

Os efeitos nas comunidades e nas regiões das decisões tomadas fora delas, ou fora da Europa, podem ser devastadores. A própria Políti-

ca de Coesão constitui a resposta da UE a possíveis efeitos colaterais causados inicialmente pela integração europeia, e mais tarde, pela globalização no âmbito de uma economia mundial de mercado livre. Enquanto política de solidariedade comprovada e tangível entre os Estados-Membros, a política de Coesão contribuiu consideravelmente para ajudar as regiões afectadas a modernizar a sua economia e continuará a fazê-lo no próximo período. Não obstante, a Política de Coesão, por si só, não pode impedir decisões que geralmente são tomadas num cenário global e baseadas em considerações de ordem puramente económica. O que a Política de Coesão pode fazer é, em primeiro lugar, esforçar-se para tornar as regiões mais atractivas para investidores externos. De facto, este é o primeiro elemento das orientações estratégicas. Ao mesmo tempo, está-se a desenvolver uma base de conhecimento que pode ser utilizada para ajudar as

regiões afectadas por mutações económicas adversas e que tem dado provas do seu valor.

10- Como é assegurada a transparência?

Os intervenientes mais importantes são, neste sentido, os próprios Estados-Membros. São eles que têm a responsabilidade primordial de informar os seus cidadãos sobre as actividades que são co-financiadas pelos fundos estruturais comunitários. A Política de Coesão é uma das poucas políticas comunitárias que está a impor uma obrigação de publicidade e de informação aos Estados-Membros. Ao mesmo tempo, a Comissão reúne os funcionários responsáveis pelo trabalho de informação nos Estados-Membros, para que possam trocar ideias sobre o tipo de publicidade que resulta realmente. Este grupo de trabalho, a "Equipa de Informação sobre os Fundos Estruturais", é um dos mais dinâmicos e produtivos a trabalhar nesta área.

Toda a informação sobre as orientações para a política de coesão disponível em:

http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm

Concurso para criação de logotipo comemorativo do 50º aniversário do Tratado de Roma

CONCURSO DE LOGOS
PARA O 50º ANIVERSÁRIO DA UE

"Feliz Aniversário UE". Esta é a divisa de um concurso para a criação de um logotipo lançado pela Comissão Europeia, parlamento, Conselho, Comité Económico e Social e Comité das Regiões. Os

estudantes de arte e design, e os designers profissionais que tenham obtido o seu diploma de estudos em 2006, são convidados a criar um logotipo de aniversário que será o símbolo oficial do 50º aniversário do tratado de Roma no próximo ano. A Comissão e todas as outras instituições europeias utilizarão o logotipo vencedor em

todos os eventos realizados em 2007 que estejam relacionados com o 50º aniversário. A data limite para participar é 30 de Setembro de 2006.

Regulamento e mais informações em:

<http://www.logo-competition.eu>

Limites para o custo do Roaming imposto pela Comissão Europeia

A Comissão Europeia apresentou uma proposta de regulamento que visa reduzir até 70% o custo da utilização de telemóveis no estrangeiro. A Comissão pretende assegurar que os preços pagos pelos consumidores pelos serviços de itinerância internacional (roaming) na União Europeia não sejam injustificadamente mais elevados do que os das chamadas efectua-

das dentro do próprio país (abordagem de mercado interno europeu). As elevadas tarifas de roaming actualmente aplicadas afectam cerca de 147 milhões de cidadãos da UE (37 milhões de turistas e 110 milhões de clientes profissionais). Se o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros da UE apoiarem a proposta da Comissão, o novo regulamen-

to—que será um acto jurídico directamente aplicável em todos os Estados-Membros logo que seja publicado no Jornal Oficial da UE—poderá entrar em vigor no Verão de 2007.

Informação disponível em:

http://ec.europa.eu/information_society/activities/roaming/index_en.htm



Eurobarómetro standard da Primavera

A Comissão Europeia lançou no dia 6 de Julho o Eurobarómetro Standard 65, baseado em entrevistas realizadas entre 27 de Março e 1 de Maio de 2006. Nesta ocasião, são também apresentados relatórios nacionais sobre os diversos Estados-Membros, realizados com base nos mesmos dados, nomeadamente o Relatório Nacional sobre Portugal, apresentado pela Representação da Comissão Europeia.

O Eurobarómetro da Primavera de 2006 indica que foi grande o aumento do apoio dos cidadãos à adesão à UE e que saiu reforçada a imagem da UE. No entanto, o alargamento goza de pouca popularidade junto da opinião pública.

Os três indicadores principais sobre a atitude geral relativamente à União Europeia indicam que houve uma evolução positiva inequívoca da opinião pública. Comparado com o

último inquérito do Outono de 2005, o apoio à adesão à UE cresceu cinco pontos (55% contra 50%), a imagem da UE, seis pontos (50% contra 44%) e a percepção dos benefícios decorrentes da adesão, dois pontos (54% contra 52%). Paralelamente, as opiniões negativas sobre estes três indicadores têm vindo a diminuir, em especial no que se refere à imagem da UE (15% contra 20%).

A primeira preocupação dos cidadãos europeus continua a ser, com grande destaque, o desemprego (49%, +5% em comparação com o Outono de 2005), agora seguido pelo crime (24%, sem alteração) e pela situação económica (23%, -3%), que surge agora na terceira posição. Na quarta posição, o sistema de saúde é também uma questão que preocupa 18% dos europeus (+3%).

O apoio ao conceito de uma constituição para a UE dimi-

nuiu ligeiramente desde o último inquérito no Outono de 2005 (61%, -2%), voltando aos níveis da Primavera de 2005. 22% dos cidadãos são contra o conceito de uma constituição europeia e 17% não sabem. Com 62% de opiniões favoráveis, a França situa-se imediatamente acima da média europeia e os Países Baixos, com 59%, imediatamente abaixo.

O apoio da opinião pública ao futuro alargamento está a diminuir. 45% dos cidadãos são a favor (41% na UE-15 e 66% nos Novos Estados-Membros) mas 42% são contra.

Os europeus estão relativamente satisfeitos com o modo de funcionamento da democracia na UE. A taxa de satisfação atinge 50%, ao passo que os insatisfeitos se elevam a 34%. Estes são os valores mais elevados sobre esta questão nos últimos dez anos.



Divulgação



Universidade de verão para Jornalistas

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas Cristãos) e Democratas Europeus organiza a Universidade de Verão para jornalistas entre 19 e 20 de Setembro, em Bruxelas.

Toda a informação disponível em:

<http://www.cor.europa.eu/presentation/download/epp/index.htm>

http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb65/eb65_en.htm

Open days—Semana Europeia das Regiões e dos Municípios 2006



Os Open days—Semana Europeia das Regiões e Municípios 2006, realizam-se entre 9 e 12 de Outubro, em Bruxelas e em 70 cidades de toda a Europa. Em torno do tema “Investir nas Regiões e Municípios da Europa: parceria Pública e Privada para o Crescimento e Emprego”, prevê-se que 5 000 representantes do sector público, privado e bancário, bem como responsáveis políticos, de nível euro-

peu, nacional e regional, participem em 180 seminários e workshops incidindo tanto sobre as novas oportunidades de financiamento da política de coesão e regional da UE como sobre as possibilidades de parcerias entre regiões/municípios e as empresas.

Em apenas quatro anos, os OPEN DAYS tornaram-se no mais importante encontro anual das regiões e municípios europeus. acrescenta-se que a parceria com os sectores empresarial e bancário, bem como com as organizações da sociedade civil, os parceiros sociais e os meios de comunicação social tem-se vindo a reforçar. As comunidades locais sabem como melhor

utilizar os recursos de que dispõem e atrair potenciais investidores. Esta é uma oportunidade para se ligarem em rede, para se ajudarem mutuamente e para cooperarem no intuito de construir verdadeiras sinergias colectivas.

Os OPEN DAYS são organizados conjuntamente pela Direcção Geral de Política Regional da Comissão Europeia e pelo Comité das Regiões, com 135 regiões e municípios de toda a Europa. O evento conta com o apoio do Parlamento Europeu, da Presidência Finlandesa, de instituições financeiras europeias, como o Banco Europeu de Investimento, de organiza-

ções empresariais, grupos de parceiros sociais e da sociedade civil, bem como de grandes empresas privadas.

Além dos Seminários, o “Café dos Investidores” será uma plataforma de comunicação para investidores públicos e privados. Neste “Café dos Investidores” terão lugar mais de 30 workshops, encontrando-se disponível, simultaneamente, uma zona para exposições e área de cafetaria, onde os participantes dos OPEN DAYS poderão estabelecer outros contactos.

www.opendays.europa.eu

Oportunidades de Financiamento:

Educação e Cultura

Convite à apresentação de candidaturas DG EAC 32/06—Quadro Comum de Garantia de Qualidade (QCGQ)
http://europedirect.esgs.pt/Grupos/Financiamento/DG_EAC_32_06.html

Convite à apresentação de candidaturas DG EAC 22/06—Fase II Leonardo da Vinci, Quadro Europeu de Qualificações (QEQ)
http://europedirect.esgs.pt/Grupos/Financiamento/DG_EAC_22_06.html

Convite à apresentação de candidaturas DG EAC 33/06—Projectos de Desenvolvimento nos Sistemas de Créditos no ensino e formação profissionais
http://europedirect.esgs.pt/Grupos/Financiamento/DG_EAC_33_06.html

Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

Convite à apresentação de propostas no âmbito do Programa comunitário plurianual para a promoção de uma utilização mais segura da Internet e das novas tecnologias em linha
http://europedirect.esgs.pt/Grupos/Financiamento/Safer_internet.html

Oportunidades de Parcerias:

Assuntos Sociais

Let's Go Europe
http://europedirect.esgs.pt/Grupos/Parcerias/lets_go_europe.html

Educação

Acção Comenius
<http://europedirect.esgs.pt/Grupos/Parcerias/comenius.html>